

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	21
1. Introdução.....	21

Capítulo 2

PREMISSAS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS	27
2.1. Noções introdutórias.	27
2.1.1. Da distinção entre texto e norma.	27
2.1.2. Sobre a distinção entre princípios e regras.	31
2.1.3. Sobre as cláusulas gerais e os conceitos indeterminados.	38
2.1.4. Repercussões sobre os conceitos anteriormente trabalhados na tese.	45
2.2. A teoria geral do processo, a ciência processual e o direito processual.	46
2.3. Sobre o processo e o procedimento.....	50
2.3.1. Processo como Procedimento em Contraditório.....	52
2.3.2. Da essencial relação entre processo e procedimento, e sua consequência quanto à identificação da natureza jurídica do processo.	57
2.3.3. A dimensão abstrata do processo/procedimento: o processo como modelo normativo e seus efeitos.	66

Capítulo 3

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O PROCEDIMENTO COMUM E OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	77
3.1. O procedimento comum e os procedimentos especiais: conceitos e distinções.....	77
3.1.1. O procedimento comum.	78
3.1.2. O conceito de procedimento especial e os elementos de distinção do procedimento comum.	82
3.1.3. A posição adotada na pesquisa.	86

3.2. Sobre as características dos procedimentos (comum e especial).....	87
3.2.1. Sobre a rigidez e as características dos procedimentos. Uma visão tradicional.	88
3.2.2. Sobre a flexibilização procedimental e a revisitação das características dos procedimentos.	100
3.2.2.1. Da legalidade à juridicidade. As fontes do procedimento no Direito processual brasileiro.	100
3.2.2.2. Flexibilização concreta do procedimento.	105
3.2.2.2.1. A adaptação (judicial) do procedimento. Das cláusulas abertas à flexibilização atípica do procedimento.	109
3.2.2.2.2. Da flexibilização concreta negociada do procedimento.	119
3.2.2.3. Outras características dos procedimentos na atualidade....	124
3.3. A justificação dos procedimentos especiais e das técnicas de diferenciação procedimental.	125
3.3.1. Aspectos gerais e principais elementos de justificação dos procedimentos especiais.....	126
3.3.2. Reflexões críticas acerca da justificação dos procedimentos especiais.....	135
3.3.3. As principais contribuições do estudo da justificação dos procedimentos especiais e sua relação com a compreensão do art. 327, §2º, do CPC.	145

Capítulo 4

O(S) ARRANJO(S) NORMATIVO(S) E O CONTEÚDO EFICACIAL DO ART. 327, §2º, DO CPC: A RELAÇÃO ENTRE O PROCEDIMENTO COMUM E OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO NOVO CPC.....	153
4.1. Sistematização das premissas e conclusões parciais.....	153
4.2. A nova feição do procedimento comum ante os procedimentos especiais: a compreensão do dispositivo do art. 327, §2º, do CPC.	155
4.2.1. Reflexões iniciais sobre o art. 327 do CPC. A cumulação objetiva de pedidos no Novo Código de Processo Civil.....	158
4.2.2. O procedimento comum e sua feição modular na cumulação dos pedidos.	169
4.3. Do princípio da inter-relação em rede do procedimento comum com os procedimentos especiais.	173
4.3.1. Generalidades.	173

4.3.2.	Da manipulação da estrutura da rede processual: barreiras e contenções.	179
4.3.2.1.	O princípio da inter-relação em rede do procedimento comum com os procedimentos especiais e a segurança jurídica.	179
4.3.2.2.	O princípio da inter-relação em rede do procedimento comum com os procedimentos especiais e o contraditório.	181
4.3.2.3.	O princípio da inter-relação em rede do procedimento comum com os procedimentos especiais e a compatibilidade entre os procedimentos: as questões operacionais e finalísticas.	182
4.3.2.4.	Da (in)disponibilidade do procedimento. Os procedimentos obrigatórios e facultativos.	187
4.3.2.4.1.	Da (in)disponibilidade do direito ou interesse material.	190
4.3.2.4.2.	Da titularidade do interesse que ensejou a diferenciação procedimental.	191
4.3.2.4.3.	Da vinculação do procedimento ao atendimento de interesse de natureza pública.	196
4.3.2.4.4.	Da (in)disponibilidade e a compatibilidade entre os procedimentos, e o princípio da inter-relação em rede do procedimento comum com os procedimentos especiais.	199
4.4.	A preferibilidade do procedimento comum sobre os procedimentos especiais.	205
4.5.	Reflexos dos arranjos normativos do art. 327, §2º, do cpc na teoria dos procedimentos especiais.	214
4.5.1.	Considerações introdutórias.	214
4.5.2.	O art. 327, §2º, do CPC e a Teoria dos Procedimentos Especiais. Dos procedimentos especiais às técnicas procedimentais especializadas.	215
4.5.3.	A necessidade e utilidade dos procedimentos especiais diante das características do procedimento comum no Código de Processo Civil.	218
4.5.4.	O art. 327, §2º, do CPC e as características dos procedimentos especiais.	220
4.6.	A amplitude da incidência do art. 327, §2º, CPC.	226

Capítulo 5

CONCLUSÃO	229
BIBLIOGRAFIA	233